

A medicalização da educação: o crescimento de diagnósticos infantis e as repercussões na escola

Pedro Henrique dos Reis¹
Carlos Eduardo Ferreira Monteiro²

Resumo

A medicalização tem afetado a educação escolar pelo aumento no número de diagnósticos. Neste artigo problematizamos sobre os conceitos da medicalização e despatologização no contexto escolar, enfocando as problemáticas do fracasso escolar e abordando aspectos dos desafios do acompanhamento escolar. Discutimos também aspectos de um estudo empírico foi realizado numa escola pública estadual que oferece Atendimento Educacional Especializado (AEE), tendo sido realizadas entrevistas com professoras do AEE e de turmas regulares e uma coordenadora pedagógica. Nossas análises dos dados sugerem reflexões sobre as relações entre os diagnósticos e o papel da escola. O estudo possibilitou refletir sobre os encaminhamentos da escola e a importância de parceria entre professores e pais.

Palavras-chave: medicalização; fracasso escolar; despatologização; educação inclusiva.

1 INTRODUÇÃO

A escola possui diversas funções atribuídas aos seus agentes, relacionadas às principais finalidades da aprendizagem dos estudantes matriculados na instituição, bem como da gestão dos processos de ensino desenvolvidos pelos professores. Associados às ações de ensinar também estão os deveres da proteção e acolhimento dos alunos. Assim, a escola não é mais um local onde as crianças irão apenas estudar (Patto, 2022). Todavia, existe uma ruptura nas concepções do que seria os deveres da escola, começando a existir um olhar de transformação social.

¹ Graduando em Pedagogia do Centro de Educação (CE) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: pedro.hreis@ufpe.br

² Professor Doutor do Departamento de Psicologia, Inclusão e Educação (Dpsie) do Centro de Educação (CE) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: carlos.fmonteiro@ufpe.br

A violência nas escolas é um tema abordado sob diferentes aspectos. Entre os tipos de violência que podemos identificar nas escolas, está aquele que se vincula a uma violência simbólica, a qual não é tão explícita. Neste artigo discutimos aspectos dos processos de medicalização na educação escolar, os quais pode violentar o desenvolvimento escolar das crianças, pois como Moysés e Collares (2019, p.16) apontam “a violência também assume outras máscaras, disfarçando-se para se invisibilizar, como os laudos médicos e psicológicos, que sustentam e realizam uma patologização da vida.”.

A medicalização, segundo Garrido (2016, p.14) “quer dizer abordar uma situação ou pensar sobre problemáticas da vida entendendo acontecimentos e circunstâncias inerentes ao humano como doenças, que, portanto, exigem interpretação e solução médicas.” A medicalização é um fato que abrange vários setores da sociedade, porém neste artigo enfocamos especificamente situações escolares.

O desenvolvimento da pesquisa apresentada neste artigo foi motivada a partir de experiências do primeiro autor como estagiário no Ensino Fundamental de uma escola pública. Assim, percebendo o aumento de crianças com algum diagnóstico. A vivência num contexto como aquele levou-me a questionar como esses alunos poderiam ficar sem o suporte tanto da escola quanto da família, levando-os a terem uma imagem de “um aluno difícil de se lidar” e que “não quer nada com a vida”. A abordagem a essa situação é necessária como uma maneira de tentar compreender como esses alunos estão sendo afetados e como podemos melhorar as suas condições.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar como o crescente número de diagnósticos de crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental pode afetar o seu desenvolvimento escolar. O estudo teve como objetivos específicos: identificar os critérios de realização de diagnósticos das crianças nos anos iniciais; verificar os encaminhamentos pedagógicos frente aos resultados dos diagnósticos; analisar o papel dos professores e da família no acompanhamento das crianças diagnosticadas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Medicalização nas escolas

O tópico de medicalização nas escolas é algo que necessita ser abordado com maior abrangência e profundidade em discussões sobre a educação, pois cada vez mais a sociedade está fazendo uma patologização de comportamentos humanos. A crescente supervalorização dos julgamentos médicos para classificar as ações humanas nos contextos escolar traz consequências importantes. “O conceito quer dizer abordar uma situação ou pensar sobre problemáticas da vida entendendo acontecimentos e circunstâncias inerentes ao humano como doenças, que, portanto, exigem interpretação e solução médicas.”(Garrido, 2016, p.14). Quando tratamos dessa patologização na educação escolar, chegamos em um ponto no qual crianças que estão em processos de desenvolvimento e aprendizagem, têm seus comportamentos categorizados precocemente como anormais.

A medicalização não é simplesmente o fato de crianças estarem sendo medicadas, mas sim todo o processo de julgamento das suas ações, como posto por Garrido (2016, p.14) “Quando falamos em medicalização, devemos entender que um acontecimento da vida foi transformado em diagnóstico”.

O ser diferente em uma sociedade passou algo perigoso, um fato que somos lembrados a todo momento, algo apontado por Moysés e Collares (2019, p.16):

Ao longo da história do mundo ocidental, as pessoas que não se submetem aos padrões de comportamento ditos normais, apresentando comportamentos distintos ou questionando tais padrões, sempre incomodaram a maioria, docilmente submetida, sendo alvo de perseguições.

A medicalização na educação se torna mais perigosa, pois lidamos na grande maioria com crianças, que estão em desenvolvimento, e que vão possuir comportamentos distintos que vão variar entre os demais. Todavia, essas singularidades não são causadas por transtornos psicológicos, pois “as diferenças não constituem problema, ao contrário, são soluções, uma das riquezas da humanidade e devem ser valorizadas, respeitadas, acolhidas”

(Moysés; Collares, 2019, p.14). Os alunos são considerados difíceis quando possuem algum problema comportamental ou pedagógico, e isso é um rótulo que marcará esse estudante, pois além de ser a visão que as outras pessoas vão ter sobre ele, também será a sua própria visão.

Um dos principais modos que essa patologização do comportamento humano vem ocorrendo é por meio da escola. Ribeiro (2014) argumenta que se tornou algo natural observar um aluno que está com dificuldades de aprendizagem e já definir que ele possui algum transtorno de aprendizagem e/ou de comportamento. Essas classificações aligeirada de crianças desconsideram o papel da escola e da família em observar os fatores que podem levá-las a terem dificuldades. Essas rotulações constituem-se em respostas simples sem uma análise abrangente e aprofundada do contexto dos estudantes.

Esses processos de medicalização e de patologização da vida humana podem acabar ferindo e violentando os direitos dos alunos. Assim, temos que refletir que alunos possuem seus direitos assegurados em documentos legais como a Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN), que asseguram a inclusão do aluno. Um fato importante é o cuidado que se deve ter com esses estudantes, algo mostrado por Ribeiro (2014, p.24)

O educar e o cuidar são marcados em todo texto das Diretrizes, mesmo quando não mencionados explicitamente, pois são conceitos referenciais de toda a Educação Básica, ou seja, são dimensões norteadoras da organização e funcionamento da escola, partindo do princípio de acolhimento ao estudante, sujeito central no processo educativo escolar.

No título IV sobre acesso e permanência para a conquista e qualidade social das DCN, o Art. 9º, inciso II menciona sobre a “consideração sobre a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural, resgatando e respeitando os direitos humanos, individuais e coletivos e as várias manifestações de cada comunidade”. Desta maneira, podemos então perceber que diferença e a diversidade é pensada na lei e que elas devem ser respeitadas.

Quando percebemos que existem práticas discriminatórias presentes nas escolas, as quais estão de certa forma naturalizadas, pode-se constatar que são algo que contraria as diretrizes como colocado por Ribeiro (2014, p.24):

Práticas classificatórias e discriminatórias do processo de desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes não atendem ao proposto pelas Diretrizes uma vez que produzem, através da criação de estereótipos e estigmas em relação ao aprender e ao comportar-se, a exclusão no próprio interior da escola.

É necessário ter cuidado com o processo de medicalização e patologização da vida, pois como dito por Moysés e Collares (2019, p.18-19):

A medicalização é primordial na desconstrução de direitos, uma violência contra a pessoa capturada em sua teia. Ao desconsiderar os problemas que ela sofre e enfrenta, ao escamotear as possibilidades ou barreiras impostas em uma sociedade construída no discurso da igualdade e fundada na desigualdade de fato, ao individualizar e atribuir seus modos de levar a vida à própria pessoa, a pretensos transtornos inerentes a ela, os processos patologizantes são novas formas de violência contra as pessoas.

Assim, o processo de patologização localiza o problema no estudante, o qual seria ele mesmo a principal causa para o problema. Neste sentido, o estudante que teria um diagnóstico seria fadado a fracassar devido a seus problemas. Na subseção seguinte, continuaremos essas reflexões da patologização enfocando especificamente o chamado fracasso escolar.

2.2 FRACASSO ESCOLAR

O fracasso escolar é algo que já vem sendo discutido por inúmeros pesquisadores durante as décadas. Desde os anos de 1970, Patto (2022) aponta como o próprio sistema escolar estava participando no processo do fracasso de seus estudantes e de seus professores. Aquela autora argumenta que os motivos do fracasso escolar poderiam estar relacionados a três afirmações evidenciadas por diferentes pesquisas que supostamente traziam conclusões definitivas para explicar o fracasso escolar.

A primeira afirmação é que a dificuldade de uma criança pobre estaria vinculada às suas condições de vida. Esse argumento também implica em preconceito e atribuição de diversos estereótipos a essas crianças e a suas famílias. As pesquisas que se prendem a essa afirmação, não avançam para

também observar de como essas famílias e alunos estão fazendo o possível para enfrentar as dificuldades apresentadas. Assim, Patto (2022, p. 217) explica que “mudam as palavras, permanece uma explicação: as crianças pobres não conseguem aprender na escola por conta de suas deficiências, sejam elas de natureza biológica, psíquica ou cultural”.

A segunda afirmação é sobre como a escola pública está adequada para alunos de classe média, com o professor possuindo uma visão de sala de aula com alunos idealizados. Patto (2022, p. 219) argumenta como essas pesquisas estão fazendo uma heterogenia com as classes populares, não percebendo que diferentes comunidades vão ter diversos comportamentos, ainda atribuindo a culpa do fracasso as crianças que não possuem um *capital cultural*, que seja usado na escola.

Por fim, a autora apresenta a terceira afirmação que também está presente em pesquisas, referindo-se que os professores estariam discriminando e/ou não entendendo seus alunos das classes populares em detrimento do seu padrão de vida de classe média. Nesse ponto vale salientar que o descarte com a vida dessas crianças não é único do professor.

O desconhecimento a respeito dessas crianças é generalizado e está presente também no corpo do conhecimento científico; portanto, mesmo que esse professor tente suprir suas lacunas de informação e corrigir seus vieses de classe entrando em contato com os textos que lhe estão mais à mão, é provável que continuará a desconhecer seus alunos pobres, julgando que os conhece” (Patto, 2022, p. 221).

Collares (1992) desenvolve uma análise sobre a fome, já que ela é uma das causas apontadas nas discussões sobre o fracasso escolar, e como existe uma ligação entre a fome e um processo de medicalização, pois a desnutrição daria oportunidades para o aluno ser rotulado como tendo “deficiência mental”. Também é necessário perceber que esse aluno recebe esse rótulo de doente por diversos agentes.

Geralmente, estas crianças são encaminhadas a um serviço médico ou a um serviço de saúde mental, onde são atendidas por médicos ou psicólogos imbuídos dos mesmos preconceitos da professora - são profissionais que, embora na maioria dos casos sem formação adequada, não hesitam em atribuir às crianças, sem avaliação aprofundada, um retardo mental, que justificam ser consequência do estado de desnutrição. Para as

crianças pobres, assim, fracasso escolar é sinônimo de deficiência intelectual (Collares, 1992, p. 26).

Para o fracasso escolar ser pesquisado de uma forma eficaz, deve existir um cuidado de buscar o contexto social que aqueles estudantes estão inseridos, não colocando rótulos prematuros em seus comportamentos:

Por esse caminho, compreender que existem dificuldades no processo de escolarização implica considerar os diferentes fatores implicados no contexto escolar. Dessa forma, os fenômenos escolares, como o fracasso escolar, podem ser compreendidos como expressão do coletivo, não como realidade isolada, pois é uma realidade contextualizada social, cultural e historicamente construída (Ribeiro, 2014).

Esse autor ressalta a importância de reconhecer as complexidades envolvidas no processo de escolarização, enfatizando que as dificuldades enfrentadas pelos estudantes não devem ser vistas isoladamente, mas sim como reflexo de diversos fatores presentes no ambiente escolar e na sociedade em geral. Isso destaca a necessidade de uma abordagem contextualizada para entender fenômenos como o fracasso escolar, reconhecendo sua natureza multifacetada e historicamente construída. Tendo essa perspectiva mais abrangente e aprofundada dos problemas dos estudantes, pode-se desenvolver abordagens que enfrentem e revertam esses processos de patologização, conforme discutimos na subseção seguinte.

2.3 Despatologização

Todo o processo de medicalização e patologização da vida humana acaba criando um movimento contrário, visando travar lutas e debates, que avancem o processo da despatologização da vida. Conseguimos observar os embates travados em diferentes áreas, tendo como um exemplo da despatologização os diversos embates para remoção da homossexualidade do Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM).

A associação entre histeria e feminilidade ou homossexualidade e perversão é exemplo de que o manual representaria a realização institucional referendada pelo Estado e articulada aos seus dispositivos educacionais, jurídicos e de pesquisa para repressão política. A individualização e patologização de contradições sociais, a segregação de minorias e o controle e

neutralização de resistências encontrariam, assim, um referendo psiquiátrico-psicanalítico (Dunker; Neto, 2011, p. 614-615).

Os debates sobre despatologização chegam às escolas, já que cada vez mais vão ocorrer discussões sobre transtornos presentes no manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM), transtornos esses que crianças estão cada vez mais sendo diagnosticadas. A escola, como sendo um local que também participa desses diagnósticos, deve considerar as discussões sobre a despatologização.

O processo de despatologização nas escolas pode começar de maneira simples, como, por exemplo, quando realizamos um momento de escuta com o aluno e entendo a sua vivência, pois nenhuma criança é igual a outra, sendo necessário existir um olhar para as diferenças. Os contrastes entre os alunos não devem ser vistos como algo ruim para que o processo de despatologização se cumpra nas salas de aula.

As diferenças não deveriam ser vistas como algo para detrimento do trabalho docente. De acordo com Werner, Freitas e Gonçalves (2021) as diferenças podem ser sim um desafio desde que elas sejam percebidas como algo que potencializará a aprendizagem e as relações das crianças, visto que também se criam oportunidades de encontro entre as diferenças.

Uma das ações pedagógicas que podem construir perspectivas positivas sobre as diferenças entre os alunos seria abordagem de estratégias específicas para lidar com as individualidades dos estudantes. Assim, seria eficaz um acompanhamento escolar que reconhecesse a diversidade como um importante recurso educacional para aprendizagens inclusivas. Na subseção seguinte abordamos essa temática.

2.4 Acompanhamento Escolar

No ambiente escolar existem diversos agentes que vão facilitar as etapas de aprendizagem de um aluno como, por exemplo, professores, auxiliares de sala, coordenadores pedagógicos e entre outros. Os agentes são parte do processo de descobrimento de algum diagnóstico que uma criança possa ter, e também vão estar presentes após esse diagnóstico ser comprovado.

Quando pensamos nos processos de patologização na escola, é necessário ter um olhar crítico com todos os agentes que têm contato com a criança, por serem as falas dessas pessoas que iniciarão um processo de investigação sobre a criança. Algumas vezes, simplesmente marcará esse aluno como possuindo algum transtorno sem nenhuma investigação. O preconceito com o diferente é presente em todos os locais, e na escola não acontece somente entre as crianças.

De toda forma, é preciso olhar as evidências e examinar o que se mostra intensamente em desalinho: existe um processo de medicalização dos modos de ser e de estar na escola, produzido socialmente e endossado por essa instituição como um agente do contexto em que ela atua (Werner; Freitas; Gonçalves, 2021, p. 31).

O trabalho de inclusão nas escolas é algo que perpassa a escuta do aluno. Assim, essa inclusão não deve só ocorrer com aqueles estudantes que possuem algum diagnóstico, a inclusão pode e deve ocorrer com todos os alunos de uma escola. Os Membros escolares que possuem um contato pedagógico com os estudantes, precisarão criar um ambiente que pensem na inclusão do aluno, buscando entender as suas vivências “na invenção de possibilidades escolares inclusivas, o trabalho em equipe, colaborativo e a partir da rede de sustentação do aluno é central” (Werner; Freitas; Gonçalves, 2021, p. 26).

A escuta dos alunos, agregada com uma comunicação entre membros que compõem a comunidade escolar e que estão diretamente ligados aos estudantes, contribuem para um fortalecimento de todas as ações relacionadas com todos os alunos. Sobre a escuta, Dunker (2020, p.117) escreve que “a experiência da escuta tem uma função educativa indireta que é a modulação de nossos afetos, emoções e sentimentos”.

3 METODOLOGIA

A investigação realizada é classificada como sendo uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa, utilizando-se de entrevistas como instrumento para a coleta de dados. “A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (Gerhardy; Silveira, 2009, p. 31). O

trabalho terá como objetivo analisar os relatos e observações, se importando mais com a compreensão do que será observado.

A pesquisa de campo foi escolhida como uma abordagem, por permitir que exista uma observação e coleta de dados junto ao objeto de estudo, no caso deste trabalho a escola e os seus membros. As pesquisas de campo são “desenvolvidas por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e realização de entrevistas com informantes” (Bastos; Ferreira, 2016, p. 75).

O instrumento de coleta de dados utilizado foi a entrevista semiestruturada, que foi realizada com membros da comunidade escolar que tenham um contato com os alunos e contribuam para a possível identificação de algum transtorno ou dificuldade que ele possa ter. A entrevista é um instrumento de pesquisa com o qual se consegue nuances do fenômeno investigado (Oliveira; Santos; Florêncio, 2019, p. 45).

O estudo foi desenvolvido em uma escola pública de pequeno porte, que possui sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), onde esses atendimentos ocorrem no contraturno do aluno. Essa escola também foi escolhida por ser campo de atuação como estagiário do primeiro autor deste artigo, o que também favoreceu o processo de recolha dos dados.

Nem todos os alunos aderem ao atendimento e não é necessário ter um diagnóstico para ser atendido. Aqueles alunos que têm suspeita de algum diagnóstico também podem receber o atendimento.

As entrevistas foram realizadas com seis profissionais que trabalham em uma escola municipal da rede de Recife, e esses profissionais trabalham em três áreas específicas da escola, sendo elas duas professoras do AEE, duas professoras de sala de aula e uma coordenadora pedagógica. Na apresentação das falas, as professoras do AEE serão identificadas como professoras AEE1 e AEE2 e as docentes de salas regulares serão identificadas como professora A e B, enquanto a coordenadora não terá variação na hora de sua fala por só existir uma na escola.

Em relação às profissionais entrevistadas, o Quadro 1 apresenta algumas das principais informações do perfil das entrevistadas, coletadas durante as entrevistas:

Quadro 1 - Caracterização das entrevistadas

<i>Entrevistadas</i>	<i>Curso e ano de conclusão</i>	<i>Curso de especialização</i>	<i>Tempo de experiência</i>	<i>Ano de ingresso na rede municipal</i>	<i>Forma de ingresso</i>
Professora AEE 1	Pedagogia 2005	educação especial/ alfabetização/ psicopedagogia	14 anos	2009	Concurso
Professora AEE 2	Pedagogia 2002	educação especial	25 anos	2003	Concurso
Professora A	Pedagogia 2002	Formação de educadores	20 anos	2005	Concurso
Professora B	Pedagogia 2009	educação infantil	20 anos	2005	Concurso
Coordenadora	História (Não lembra o ano de conclusão)	Planejamento/ administração escolar	25 anos na docência e 9 em coordenação	2004	Concurso

Fonte: Elaborado pelos autores

Os dados apresentados no Quadro 1 sugerem que as participantes possuem expressiva experiência em docência, sendo que a professora AEE1 é a que tinha menos tempo de docência (14 anos). Todas as entrevistadas possuem pós-graduação (especialização) em educação e ingressaram na rede municipal por concurso. Essas informações indicam que as professoras têm substancial experiência como docente, visou aprofundar conhecimentos com formação continuada em educação e possuem vínculo permanente com a rede de ensino.

4 ANÁLISE DE DADOS

O objetivo geral desta pesquisa é analisar o crescimento dos diagnósticos escolares e como isso pode afetar no desenvolvimento escolar desses alunos. As análises dos dados das entrevistas foram organizadas a partir dos três objetivos específicos: identificar os critérios de realização de diagnósticos das

crianças nos anos iniciais; verificar os encaminhamentos pedagógicos frente aos resultados dos diagnósticos; analisar o papel dos professores e da família no acompanhamento das crianças diagnosticadas.

4.1 Critérios de realização de diagnósticos

O processo de medicalização de uma vida começa muito antes de um diagnóstico, porém é importante investigar e entender como esse diagnóstico é iniciado.

Por meio das entrevistas foi possível identificar as ações dos membros da escola quando chegada de um aluno com alguma *suspeita* de diagnóstico. A professora AEE1 coloca em sua fala que o primeiro passo para um diagnóstico seria justamente a *suspeita*:

“A demanda chega da seguinte forma, família, tem família que suspeita de alguma coisa, aí já traz isso pra gente, quando não o professor de sala regular, né?”.

Assim, a fala da professora AEE1 ressalta a necessidade na hora da anamnese que o profissional saiba diferenciar as dificuldades que uma criança tem na escola.

“Tem uma coisa que é uma dificuldade de escrita ele tá no primeiro ano né?” Da escrita. Outra coisa é uma criança com doze anos que não sabe ler e escrever.”

Como posto por Garrido (2007), existem muitos sintomas presentes nos manuais de diagnósticos, o que pode transformar acontecimentos do cotidiano como um sintoma, e a fala da professora chama atenção para as diferenças que vão existir nos estudantes.

A professora AEE2 enfatizou em sua fala, outro procedimento:

“A gente direciona pra uma ficha, que tem uma ficha da própria rede mesmo, que pra elencar algumas situações pedagógicas que se a criança ou se não apresenta”.

As duas professoras do AEE ressaltam que a escola não faz mais encaminhamento, com a professora AEE2 pontuando:

“A gente chama a família pra conversar e a família vai relatar se também nota alguma coisa em casa e aí a gente orienta que

busque a rede de saúde, né? Pra ir prum pediatra e a gente faz um relatório da parte pedagógica da escola, do professor de sala regente e esse relatório ele leva a tal pediátrico de lá se faz devidos encaminhamentos.”

Com relação aos diagnósticos, é importante perceber que a escola criou uma separação entre seus deveres e os deveres que cabem a outros profissionais. Uma vez que atualmente existe um grande crescimento nesses diagnósticos infantis, e como o ambiente escolar está sendo o principal ponto de partida para esses diagnósticos (Ribeiro, 2014), essa situação aponta que os transtornos estão se tornando uma desculpa para as dificuldades encontradas pelos estudantes.

A professora B coloca em sua fala a sua visão de como o processo ocorre:

“Nós, professores, colocamos as nossas ansiedades, as nossas dificuldades e as duas pessoas envolvidas nesse processo que a coordenadora e a AE da escola. Elas estão ali na escuta. É feito um relatório escrito. Daí por diante esse relatório segue para os setores específicos e depois com o passar do tempo elas vão dando a devolutiva, mas que nem sempre essa devolutiva contempla aquilo que é colocado no papel.”

Podemos identificar na fala da professora B que nem sempre o processo de comunicação acontece de uma forma que contemple tudo o que foi registrado no relatório. Isso pode acontecer porque cada membro da escola, envolvido no processo, teria uma perspectiva diferente sobre o que seria melhor para uma criança em determinado momento. Assim, pode haver um desencontro de ideias e de ações. Isso pode resultar em uma devolutiva que não resolva todas as questões de uma maneira que o professor, ou outro membro da escola, considere adequada.

Depois da realização das entrevistas com as professoras do AEE, de maneira informal, elas relataram que existem pais que só buscam algum diagnóstico para seus filhos quando acham que vão receber algum benefício assistencial. Elas explicam que algumas crianças recebem auxílio do governo, porém não é nada garantido e dependerá do grau de cada diagnóstico. Essas preocupações das professoras com algumas situações que envolvem os pais e o auxílio que recebem, necessitariam ser relativizadas, uma vez que parecem casos isolados e não uma prática generalizada a todas as famílias. O auxílio é um direito que além de oferecer suporte às crianças, incentiva os pais a buscar

atendimento. Mesmo nos casos em que se supõe motivação principal por receber o auxílio, é importante considerar que as crianças se beneficiam desse processo.

Com relação às diferenças entre alunos com laudos e os que estão em hipótese, a professora AEE1 destaca:

“Os alunos que estão em hipótese, que a gente em hipótese diagnóstica, então assim eles têm os mesmos direitos né? Tanto que ele tem direito a estar na sala de recurso”.

4.2 Encaminhamentos pedagógicos frente aos resultados dos diagnósticos

O procedimento padrão deveria ser o de quando a criança consegue um laudo, seu processo escolar ficar mais fácil, afinal ela provavelmente irá para psiquiatras, psicólogos, ou até tomando algum remédio. Porém, o diagnóstico não é uma cura para qualquer tipo de dificuldade que o aluno apresentará na escola. Pelo contrário, o diagnóstico pode representar a manutenção, ou até mesmo a ampliação da patologização. Existe ainda a estigmatização dos alunos que possuem diagnóstico ou alguma suspeita, pela qual eles são vistos como alunos que não podem aprender, e isso se torna um círculo vicioso. “No que se refere à patologização das dificuldades escolares, a ideia de que determinantes biológicos impedem a aprendizagem disparam um círculo vicioso de fracasso escolar” (Garrido, 2016, p.15).

Algumas escolas possuem a sala de recursos onde existe um acompanhamento com os alunos que possuem laudos ou que possuem alguma suspeita. O atendimento da sala de recursos não é um reforço, ele está ali como um complemento para a sala regular. Na

Na sala de recursos o aluno terá acompanhamentos em relação às dificuldades encontradas, a professora AEE2 expressa-se:

“E as crianças que frequentam a gente vai trabalhar a especificidade de cada criança, né? O que ela mais precisa desenvolver na questão da coordenação motora, vai trabalhar algumas estratégias pra que essa criança melhore, né? Nessa área.”

A professora AEE1 complementa:

“É assim, de acordo com a dificuldade, então a gente vai, né? Em cima dificuldade, a dificuldade de socialização, que a gente pode fazer pra instruir o professor, de como trabalhar, dificuldade de leituras, depende muito do que é feito, né?”.

Um ponto que a professora A traz é sobre a importância de atividades que fazem sentido para a criança, e que influencie de maneira positiva o seu desenvolvimento:

“Então professor tem que ter esse olhar pra perceber isso perceber que se a criança está bem se não está bem se aquela atividade vai ser legal pra ela está servindo pra quê? Vai melhorar em quê?”.

Estratégias para o auxílio na educação são de grande importância porque elas fortalecerem tanto quem ensina como quem é ensinado (Garrido, 2016).

4.3 O papel dos professores e da família no acompanhamento das crianças diagnosticadas

As dificuldades que uma criança enfrenta na escola não irão desaparecer com um diagnóstico, tanto os professores como a família tem um grande papel nesse acompanhamento para a superação de obstáculos. Quando se põem na prática, às vezes existem conflitos entre o que os pais querem e o que a escola propõe a trabalhar, como colocado por Dunker (2020, p.66): “As escolas ficam cada vez mais pressionadas pelo apelo de responder ao que os pais querem ouvir, ainda que ambos saibam que o coeficiente de ilusão e autoengano, contido nesse contrato é elevado”.

No contexto contemporâneo, há indícios de que as relações entre a família e a escola estão tendo alguns entraves. Parece existir uma grande pressão dos pais em relação à escola, que por sua vez coloca ainda mais pressão em seus alunos, com a desculpa de se preparar para o futuro, porém o futuro é incerto e todos têm diferentes objetivos, o que faz exista um embate entre as partes. Dunker (2020) enfatiza que esses confrontos podem ser explicados porque a sociedade espera que a escola consiga se reformular os alunos para o futuro, e continuem se reformulando quando esse futuro muda.

Uma maneira de combater o fracasso escolar seria a ação dos pais junto da escola, acompanhando os estudantes e dando todo o apoio necessário,

porém o que é mais encontrado são pais que abandonam seus filhos nas escolas e esperam que ela resolva todos os problemas encontrados. A professora A coloca em sua fala sobre a parceria que é necessária existir:

“Se o pai não tiver com o professor, com a escola, com a coordenadora, com a professora fica difícil, porque tem que ter uma parceria.”

Não existe um pai ou mãe perfeito, nem tão pouco professores perfeitos, já que todos são seres humanos. Porém, identificou-se algo presente nas falas de todas as entrevistadas sobre a importância de pais ou responsáveis presentes, e que ele não esteja só presente na escola, mas também que exista uma parceria. A professora A coloca em sua fala sobre importância da parceria, para entender o que a criança está vivenciando:

“Eu acho que muito mais, o pai tem que ficar muito mais atento, o pai tem que ensinar mais parceiro da escola porque não é deixar criança ir embora não, tem que entender o que a criança está vivenciando, aprendendo, participando, convivendo que tudo isso é construção, tudo isso é um avanço à criança.”

A professora B também coloca em sua fala essa importância da participação, e principalmente destacando que isso se torna um diferencial positivo na educação dessas crianças:

“Eu acho que é primordial porque a partir do momento que os pais se colocam como parceiros nesse processo de aprendizagem de uma certa forma é diferenciado, essa participação na devolutiva das atividades, na presença das reuniões, no conselho pedagógico, nos plantões e isso faz com que fortaleça essa relação professor, família e principalmente a criança que é o principal nesse processo, né?”

A coordenadora também destaca a importância da família no acompanhamento:

“Quando a família não vem a gente não consegue, a gente tenta, né, mas assim quando a família não participa a gente não consegue muita coisa, não atinge um objetivo, né?”

No lado da escola, é necessário existir um olhar diferenciado que entenda as especificidades de cada aluno, como colocado pela professora A:

“Ele (professor) tem que ter o olhar diferenciado, ele tem que entender cada gesto que ele (aluno) tá querendo no momento,

tem criança que tem um tempo de aprendizagem que não é igual as outras crianças”.

A professora A argumenta que as crianças têm tempos diferentes de aprendizagem, então não adiantaria tentar igualar todos em um único patamar. Para que essa homogenização não ocorra, a professora teria que identificar as especificidades, percebendo que os momentos de desenvolvimento de cada aluno serão diferentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema da medicalização é algo que ainda continuará sendo discutido, já que com o avançar do tempo novos transtornos podem surgir e outros existentes podem ser alterados. O Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) já está em sua quinta edição e nada impede que um lançamento de uma nova edição. Através desta pesquisa é possível perceber uma preocupação por parte das professoras do AEE em não querer homogeneizar os estudantes, algo que vem acontecendo cada vez mais causando um grande aumento na patologização de crianças que frequentam a escola.

O desenvolvimento desta pesquisa pode corroborar estudos que indicam que a discussão sobre a medicalização na educação necessita ser ampliado e aprofundado por investigações. Assim, mesmo que as escolas não realizem diagnósticos, como explicado pela professora do AEE, elas podem contribuir para o processo de patologização do comportamento de determinados alunos, ao realizar avaliações e estabelecer conclusões a partir do senso comum, as quais podem criar a imagem de uma criança que possui algum transtorno que ainda não foi identificado.

Em relação ao fracasso escolar e como ele está ligado a todo aumento desta patologização de comportamentos humanos, é importante perceber que o fracasso escolar não será resolvido por laudos e categorizando comportamento de crianças como anormais, sem antes observar todo o sistema educacional que facilita e impulsiona esse fracasso. Talvez o que seja necessário atualmente é não buscar a causa, que podem ser várias, mas sim uma solução e em relação às falas das professoras coletadas todas apontam a família como necessário para o desenvolvimento escolar.

Ainda existem grandes dificuldades de comunicação entre as escolas e as famílias, apesar de haver tentativas de aproximação das instituições educacionais. Transformar a escola em um ambiente realmente comunitário, no qual as famílias possuem voz e participem de maneira ativa, auxiliaria ações conjuntas beneficiariam as crianças.

Um laudo está se transformando em uma forma de desculpa para o fracasso escolar continuar presente, porém mesmo diagnosticada com qualquer tipo de transtorno a criança tem o direito da aprendizagem. Pesquisas futuras devem continuar observando o que esse aumento de diagnósticos estão causando no desenvolvimento infantil, mas o mais importante devemos buscar meios de combater essa patologização da vida, buscando formas que auxiliem os estudantes.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, 2013.

COLLARES, Cecília Azevedo Lima. Ajudando a desmistificar o fracasso escolar. **Série idéias**, São Paulo, ed. 6, p. 24-29, 1992.

BASTOS, Maria Clotilde Pires; FERREIRA, Daniela Vitor. **Metodologia científica**. Londrina: Educacional, 2016.

DUNKER, Christiano Ingo Lenz; KYRILLOS NETO, Fuad. A crítica psicanalítica do DSM-IV: breve história do casamento psicopatológico entre psicanálise e psiquiatria. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 14, n. 4, p. 611–626, dez. 2011

DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Paixão da ignorância**: a escuta entre a psicanálise e educação. São Paulo: Contracorrente, 2020. 325 p. v. 1.

GARRIDO, Juliana. **A crítica à medicalização da aprendizagem na produção acadêmica nacional**. Dissertação (Mestrado em Saúde da criança e do adolescente) – Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

GUARIDO, Renata. A medicalização do sofrimento psíquico: considerações sobre o discurso psiquiátrico e seus efeitos na Educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, p. 151-161, 2017.

GARRIDO, Juliana. A prática docente no enfrentamento à patologização. *In*: COLLARES, Cecília; GARRIDO, Juliana; MOYSÉS, Maria Aparecida; CAVALHEIRO, Maria Teresa; VILLAR, Rosangela. **VI Encontro**

despatologizar - práticas despatologizantes: quando se pensa em relação a saúde-educação da vida Campinas: Despatologiza – Movimento pela despatologização; Unicamp, 2016 Disponível em: https://www.despatologiza.com.br/files/ugd/f07548_34bcf49952d94351be3f26376ca34447.pdf Acesso em: 3 set. 2023.

MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso; COLLARES, Cecília Azevedo Lima. Sobre Diferenças, Desigualdades, Direitos: Raízes da Patologização da Vida. In: **COLEÇÃO Saúde Mental de Crianças e Adolescentes**. Santos: Unifesp, 2019.

OLIVEIRA, Ana Cristina Barbosa de; SANTOS, Carlos Alberto Batista dos; FLORÊNCIO, Roberto Remígio. Métodos e técnicas de pesquisa em educação. **Revista científica da FASETE**, Fortaleza, p. 36-50, 2019.

OLIVEIRA, Ana Cristina Barbosa de; SANTOS, Carlos Alberto Batista dos; FLORÊNCIO, Roberto Remígio. Métodos e técnicas de pesquisa em educação. **Revista Científica da FASETE**, Paulo Afonso, v. 13, n. 21, 2019.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar:** histórias de submissão e rebeldia. 5. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, 2022. Disponível em: www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/932 Acesso em: 3 set. 2023.

RIBEIRO, Maria Izabel Souza. **A medicalização da educação na contramão das diretrizes curriculares nacionais da educação básica**. Revista Entreideias, Salvador, p. 13-29. 6 fev. 2014.

SILVEIRA, Denise Tolf; CORDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: **MÉTODOS de Pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

WERNER, Sheyla; FREITAS, Cláudia Rodrigues de; GONÇALVES, Anderson Luiz Fernandes; PRATES, Camila Camargo. Aprender em rede: olhares da educação inclusiva. In: **FÁRMACOS, remédios, medicamentos:** O que a educação tem com isso? Porto Alegre: Rede Unida, 2021. p. 27-38.